



EFA EMPREENDIMENTOS

CNPJ: 29.708.632/0001-96

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP PROCESSO Nº 23125.019696/2019-55
RDC-ELETRÔNICO nº 03/2019-UNIFAP

Prezados;

A empresa E F ACRIS EIRELI, AV RODRIGO OTAVIO, 4350, ANDAR 1, SALA 2 E07, CONJ 31 DE MARCO, CEP: 69.077-000, JAPIIM, E-MAIL: efalicit@gmail.com, vimos, respeitosamente, solicitar os seguintes esclarecimentos sobre a licitação em questão, em conformidade com o Edital da **RDC 3/2019**.

EDITAL DO RDC- ELETRÔNICO OBJETIVANDO A CONCLUSÃO DO PRÉDIO DA FARMÁCIA ESCOLA E URBANIZAÇÃO DO ENTORNO, NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO MARCO ZERO DO EQUADOR, MACAPÁ/AP, CONFORME CONSTA NOS ANEXOS DESTE EDITAL.

Os questionamentos a seguir citados, sustentados pelo Art.3º da Lei Federal 8.666/93 os princípios da transparência, da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da probidade administrativa, da igualdade, e principalmente do julgamento objetivo, tem a intenção de garantir o orçamento correto para todos os itens da proposta de preço e evitar desclassificação por omissão de informação ou informação errônea.

DAS EXIGENCIA QUESTIONADAS IMPLÍCITAS NO EDITAL:

38. Documentos relativos à Qualificação Técnica: 38.1 Será comprovada e apresentada com base nas exigências mínimas prevista no quadro abaixo, definidas pela Assessoria Especial de Engenharia e Arquitetura da Fundação Universidade Federal do Amapá, tanto para empresa licitante e o responsável técnico. 38.2 A empresa licitante e responsável técnico deverão apresentar um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitido por qualquer uma das regiões do CREA, comprovando que a empresa e o responsável técnico já executaram obras ou serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional equivalentes e/ou superiores às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto da licitação.

Baseado na jurisprudência do **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO** Secretaria Executivo Subsecretaria **de Planejamento e Orçamento Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte Campus Currais Novos Código da UASG: 158366 RDC Eletrônico Nº 1/2019, e no próprio parecer exarado por esta CPL no RDC 01/2019.**

Objeto: Objeto: Adequação das Instalações para o Galpão de Laboratórios de Alimentos no IFRN Campus Currais Novos. **Edital a partir de:** 06/06/2019 das 08:00 às 12:00 Hs e das 14:00 às 17:30 Hs **Endereço:** R.manoel Lopes Filho, 773 - Bairro Valfredo Galvão - - Currais Novos (RN) **Telefone:** (0xx84) 40050886 **Fax:** (0xx84) **Entrega da Proposta:** 06/06/2019 às 08:00Hs. Que decidiu acatar os questionamentos sobre o mesmo assunto:



Esclarecimento

06/06/2019 08:08

"Mensagem: Questionamentos de uma empresa: 1 – O itens estabelece que "a licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta técnica, atestados ou certidão, em nome da licitante, devidamente registrado no CREA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, a qual comprove que a empresa tem aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades, tecnologia e prazos com o objeto da licitação". Todavia, a Resolução nº 1.025/2009 do CONFEA em seu art. 48 prescreve que "A capacidade técnica profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico". 2 - Desse modo, considerando o sobredito dispositivo da Resolução do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, a previsão fixada nos itens do Edital nº 01/2019 contraria a previsão legal e regulamentar. 3 - Dessa forma, diante da ausência de regulamentação ou previsão legal que prevê a exigência de comprovação da capacidade técnico operacional da pessoa jurídica, indaga-se se a licitante poderá somente apresentar o acervo de capacidade técnico do profissional que integra o seu quadro?"

Resposta: Resposta: Diante do acima exposto, considerando que: • O EDITAL nos itens 15.2.6 à 15.2.8.1, estabelecem que: "15.2.6 - A Licitante deverá apresentar devidamente preenchido, conforme atestados de capacidade técnico-profissional apresentados, o Anexo VII.5 – ANEXOS DIVERSOS – Relação dos Serviços Executados pelos Profissionais Detentores de Atestado de Responsabilidade Técnica por Execução de Serviços Compatíveis com o objeto da Licitação; 15.2.7 - A Licitante deverá apresentar devidamente preenchido, conforme atestados de capacidade técnico-operacional apresentados, o Anexo VII.6 – ANEXOS DIVERSOS – Relação dos Serviços Executados pelo Proponente Compatíveis com o Objeto da Licitação; 15.2.8 - Para cada um dos serviços executados e relacionados nos Anexos VII.5 e VII.6, deverá ser anexado atestado e/ ou certidão comprovando a execução dos mesmos. (Grifo nosso) 15.2.8.1. Os atestados e/ ou certidões deverão ser emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado contratantes dos serviços e, quando couber, registrados pelo Conselho Regional competente e acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT) expedidas por aqueles Conselhos". (Grifo nosso) • A SÚMULA nº 263/2011 – TCU, estabelece que: "Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado". (Grifo nosso) • No voto do ACÓRDÃO nº 2748/ 2018 – TCU – PLENÁRIO, estabelece que: "Nesse sentido, importante rememorar que a jurisprudência deste Colegiado, a exemplo dos Acórdãos 1.706/2007, 607/2008, 378/2008, 2.208/2016, com o apoio da doutrina, de acordo com a interpretação dada ao disposto no art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993, reputa necessário que os administradores, nas contratações de obras e serviços de engenharia, verifiquem tanto a qualificação técnica operacional quanto a qualificação técnica profissional das empresas interessadas". (Grifo nosso) • No voto do ACÓRDÃO nº 1674/ 2018 – TCU – PLENÁRIO, estabelece que: "Em adição, outra diferença relevante e já consolidada na jurisprudência do Tribunal, a exemplo dos Acórdãos 923/2015, 655/2016 e 205/2017, todos do Plenário, é que não se pode exigir que a atestação da capacidade técnica (operacional) da empresa seja registrada ou averbada junto ao Crea



EFA EMPREENDIMENTOS

CNPJ: 29.708.632/0001-96

correspondente, em respeito ao art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009, que veda a emissão de CAT em nome da pessoa jurídica. " (Grifo nosso) Esta Diretoria esclarece que: 1ª A exigência de comprovação de Atestado de Capacidade Técnico Operacional do Edital está em conformidade com a Súmula nº 263/ 2011 – TCU e entendimento do Acórdão nº 2748/ 2018 – TCU – PLENÁRIO. 2ª. As licitantes deverão apresentar seus Atestados de Capacidade Técnica Operacional, os quais, não necessitam estar registrados no CREA, conforme os itens 15.2.7 e 15.2.8.1 do Edital e entendimento do Acórdão nº 1674/ 2018 – TCU – PLENÁRIO. 3ª. As licitantes também deverão apresentar os Atestados de Capacidade Técnica Profissional, e estes, necessitam de registros no órgão competente, CREA ou CAU, conforme os itens 15.2.6 e 15.2.8.1 do Edital e entendimento do Acórdão nº 2748/ 2018 – TCU – Plenário. 4º A Certidão de Acervo Técnico – CAT do profissional emitida pelo CREA também poderá ser considerada como Atestado Técnico Operacional, se for comprovado na CAT que os serviços foram executados pela licitante."

Em suma, cientes que estas exigências sejam revistas pedimos deferimento.

Atenciosamente,

Manaus, 22 de Novembro de 2019.

EFA EMPREENDIMENTOS

imbra

cpl@unifap.br

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO RDC 03/2019

De : Elesbão Acris <acris.1957@gmail.com>

sex, 22 de nov de 2019 10:25

Assunto : PEDIDO DE ESCLARECIMENTO RDC 03/2019

Para : cpl@unifap.br

Solicitamos esclarecer a exigência da Seção IV - Habilitação em seu item 38.2., do edital, pois contraria a *Resolução nº 1.025/2009 do CONFEA em seu art. 48 prescreve que "A capacidade técnica profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico"*.

Atenciosamente,

*Elesbão Ramos Acris
CPF: 193.040.302-00*

Resposta ao questionamento

A conjugação do inc. II do art. 30 e o texto final de seu §1º (após os vetos presidenciais) da Lei nº. 8.666/93 indica que a comprovação da capacitação técnico-profissional dependerá de registro nas entidades profissionais competentes.

Por meio da Resolução 1.025/2009, o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), que tem competência para regulamentar os procedimentos relacionados à Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Certidão de Acervo Técnico (CAT), “indica que ser o atestado do Crea o documento apto a fazer prova da capacidade técnica do profissional, mas não da empresa licitante.” (TCU. Acórdão 655/2016 – Plenário).

O Manual de Procedimentos Operacionais do Crea, por sua vez, esclarece de forma expressa, que “o atestado registrado no Crea constituirá prova da capacidade técnico-profissional para qualquer pessoa jurídica desde que o profissional citado na CAT: (...) e que o Crea não emitirá CAT em nome da pessoa jurídica contratada para prova de capacidade técnico-operacional por falta de dispositivo legal que o autorize a fazê-lo”.

Portanto, o registro no CREA será exigido apenas dos atestados de capacidade técnica para fazer frente à comprovação da **capacidade técnica-profissional**.

Para fazer frente à exigência de **qualificação técnica-operacional**, não serão exigidos registro no CREA dos atestados em nome da pessoa jurídica, por não haver previsão legal, no entanto, deverá comprovar a experiência operacional por intermédio de atestados/CATs dos profissionais que fizeram/fazem parte do quadro técnico da empresa.

Levar em consideração esta resposta para o cumprimento do subitem 38.2 do Edital.

Luiz Otávio Pereira do Carmo Jr.

Presidente da Comissão para RDC/UNIFAP